

A. I. Nº - 000.889.369-1/02
AUTUADO - LEIDE EVANGELISTA DOS SANTOS DE VALENTE
AUTUANTE - ELIZABETH SANTOS CABRAL DE SOUZA
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 09/09/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0302-03/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO ESTADUAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. DESTINATÁRIO COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. No momento da ação fiscal, o contribuinte estava ativo no Cadastro de Contribuintes da Bahia. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 08/07/02, para exigir o ICMS no valor de R\$1.387,20, acrescido da multa de 60%, em decorrência da falta de recolhimento do imposto relativo a mercadorias destinadas a contribuinte com inscrição cancelada no CAD-ICMS-BA, conforme a Nota Fiscal nº 002704, oriunda do Estado de São Paulo.

O autuado apresentou defesa (fl. 10), alegando que, em 13/06/02, foi intimado para cancelamento de sua inscrição estadual, já que deixou de apresentar as DMEs referentes a novembro e dezembro de 2000 e do exercício de 2001, mas que só veio a tomar conhecimento do fato quando da apreensão das mercadorias constantes na Nota Fiscal nº 002704, no dia 08/07/02. Salienta que imediatamente providenciou a apresentação dos documentos de informações econômico-fiscais, vindo a regularizar a sua inscrição no dia 19/07/02.

Afirma que este Auto de Infração foi lavrado em 08/07/02, sob a alegação de que sua inscrição estava cancelada, porém isso não é verdadeiro, uma vez que o cancelamento somente ocorreu em 18/07/02, conforme o documento emitido pela INFAZ Serrinha, acostado à fl. 22 dos autos, quando já havia, inclusive, transmitido as DMEs através da Internet (fls. 19 a 21). A final, pede a improcedência deste Auto de Infração.

A autuante, em sua informação fiscal (fl. 27), mantém o lançamento aduzindo que o contribuinte foi intimado para cancelamento de sua inscrição desde o dia 13/06/02 e não providenciou, no prazo de 20 dias, a sua regularização, ficando, portanto, sujeito à ação fiscal, que ocorreu em 08/07/02.

VOTO

O Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS do destinatário da mercadoria constante da Nota Fiscal nº 002704, procedente de outro Estado, pelo fato de estar com sua inscrição cancelada no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia.

O autuado afirma, em sua defesa, que sua inscrição cadastral somente foi cancelada em 18/07/02, após a lavratura deste lançamento. Alega que somente tomou conhecimento da intimação para cancelamento quando as mercadorias que havia adquirido foram apreendidas pela Fiscalização, tendo apresentado as DMEs a fim de regularizar a sua situação cadastral.

Da análise do Termo de Apreensão e Ocorrências nº 029349, juntado à fl. 3, verifica-se que o autuado encontrava-se, no momento da ação fiscal, “intimado para cancelamento” no cadastro de contribuintes da Bahia e as mercadorias foram apreendidas para “verificação fiscal”.

À fl. 4 dos autos, foi acostado um documento denominado “hard copy”, emitido em 08/07/02 (data da ação fiscal) em que consta, como situação cadastral do contribuinte, “intimado para cancelamento”.

Somente em 18/07/02 (conforme o documento de fl. 2), é que o autuado teve sua inscrição cadastral cancelada. Essa informação é confirmada pelo documento “Dados Cadastrais” emitido em 19/07/02 pelo DARC-GEIEF da SEFAZ/BA (fl. 22), que informa que a inscrição estadual do contribuinte foi cancelada por meio do Edital nº 522014 no dia 18/07/02, portanto, **após** a ação fiscal.

O RICMS/97, em seu artigo 172, estabelece que “a exclusão de contribuinte do Cadastro só produzirá efeitos legais após a publicação do respectivo edital no Diário Oficial do Estado, com indicação do número de inscrição, do nome, razão social ou denominação do contribuinte”.

Dessa forma, no momento da ação fiscal – na lavratura do Termo de Apreensão e Ocorrências e do presente Auto de Infração –, o contribuinte encontrava-se ATIVO no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia (embora intimado para cancelamento de sua inscrição estadual) e, assim, a aquisição da mercadoria constante na Nota Fiscal nº 002704, emitida em 02/07/02, foi perfeitamente regular sendo indevido o valor cobrado no presente lançamento.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 000.889.369-1/02, lavrado contra **LEIDE EVANGELISTA DOS SANTOS DE VALENTE**.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de setembro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR